

# Renault do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores da Renault do Brasil S.A.**

Curitiba - Paraná

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita

Veja a Nota 6 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Parte substancial da receita da Companhia é proveniente da venda direta de veículos para clientes finais, cujas receitas são reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. Em razão da relevância dos valores envolvidos e da necessidade de manutenção de controles internos efetivos para identificar o momento em que os riscos e benefícios dos produtos vendidos são finalmente transferidos para a contraparte, existe o risco de reconhecimento antecipado de receita e, em especial, ao final do período de fechamento contábil. Desta forma, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) obtenção de entendimento do fluxo de reconhecimento de receita de vendas diretas de veículos; (ii) avaliação do desenho e efetividade dos controles internos, determinados pela Administração da Companhia, para prevenir e detectar inconsistências no reconhecimento de receitas provenientes de tais transações; (iii) seleção de transações de vendas ao longo do exercício, com base em amostragem, e confronto com a respectiva documentação suporte com o objetivo de verificar a existência, integridade e precisão de tais transações; (iv) obtenção de confirmação, junto aos clientes referentes as vendas diretas, de que os riscos e benefícios provenientes da compra de tais veículos foram, efetivamente, transferidos a estes na data do encerramento do exercício; (v) execução de procedimentos analíticos substantivos para as receitas reconhecidas no exercício por meio da comparação do desempenho da Companhia com dados observáveis e indicadores de mercado disponíveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e divulgação da receita líquida, os quais não foram acatados pela Administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a receita líquida de vendas diretas de veículos reconhecida no exercício é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

## Provisão para contingências

Veja a Nota 6 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota explicativa 23, a Companhia mensura e reconhece uma provisão para contingência baseado nas premissas de probabilidade e magnitude das saídas de recursos e com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. A Companhia está envolvida em ações de natureza tributária, cível e trabalhistas que totalizam R\$ 718 milhões, os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda possível. Devido ao grau de julgamento pela Companhia e assessores jurídicos externos na avaliação dessa estimativa, à relevância dos montantes envolvidos, a complexidade na avaliação e mensuração, a definição do momento para o reconhecimento, bem como o impacto que um resultado desfavorável em tais processos poderia acarretar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente. Para as causas com valores julgados relevantes, avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas jurídicos, a determinação do risco de perda e do valor estimado.</p> <p>Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, solicitando a confirmação de 100% dos processos com os assessores jurídicos da Companhia e cruzando as informações para o controle mantido pelo jurídico, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas a Provisões e Passivos Contingentes e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

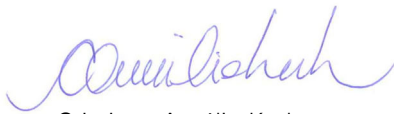
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk

Contador CRC PR-054366/O-0

## Renault do Brasil S.A. e controlada

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Notas explicativas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.721.697	1.674.917	1.817.375	1.712.162	Fornecedores	17	1.547.690	1.240.486	1.623.601	1.279.628
Aplicações financeiras	9	-	65.712	-	65.712	Empréstimos e financiamentos	18	1.655.852	2.958.479	1.656.995	2.959.507
Clientes	10	885.946	693.535	916.814	730.308	Debentures	18	100.541	101.764	100.541	101.764
Estoques	11	853.307	778.686	935.318	841.071	Obrigações tributárias	20	155.680	114.765	192.527	127.970
Impostos a recuperar	12	310.288	234.159	344.714	262.239	Obrigações sociais e previdenciárias		243.910	232.985	246.690	235.828
Despesas antecipadas		88.545	79.344	88.545	79.344	Empresas ligadas	19	71.661	59.608	72.855	60.493
Outros ativos circulantes	13	225.031	184.282	142.565	117.496	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.838	-	11.333
						Provisões comerciais		86.436	110.852	86.435	110.852
						Provisões para garantia		104.977	66.087	104.976	66.087
						Outros passivos circulantes		31.963	31.963	31.963	31.963
		<u>4.084.814</u>	<u>3.710.635</u>	<u>4.245.331</u>	<u>3.808.332</u>			<u>3.998.710</u>	<u>4.918.827</u>	<u>4.116.583</u>	<u>4.985.425</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Passivo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	23	62.002	60.034	62.017	60.040	Empréstimos e financiamentos	18	1.061.327	486.711	1.234.518	661.098
Impostos diferidos	22	93.613	24.645	112.372	38.085	Debentures	18	125.000	225.000	125.000	225.000
Impostos a recuperar	12	192.083	161.532	192.524	162.004	Provisão para contingências	23	126.100	316.442	128.093	318.455
						Provisão para garantia		78.874	53.399	78.874	53.399
		<u>347.698</u>	<u>246.211</u>	<u>366.913</u>	<u>260.129</u>	Obrigações tributárias	20	163.694	176.791	163.694	176.790
						Dividendos a distribuir	21a	16.806	-	16.806	-
Investimentos	14	46.699	35.707	6	6	Outros passivos		330	72	330	71
Imobilizado	15	2.792.425	2.400.839	2.953.042	2.568.166			<u>1.572.131</u>	<u>1.258.415</u>	<u>1.747.315</u>	<u>1.434.813</u>
Intangível	16	24.025	32.976	24.272	33.378			<u>5.570.841</u>	<u>6.177.242</u>	<u>5.863.898</u>	<u>6.420.238</u>
		<u>2.863.149</u>	<u>2.469.522</u>	<u>2.977.320</u>	<u>2.601.550</u>	<b>Total do passivo</b>					
<b>Total do ativo</b>						<b>Patrimônio líquido</b>					
		<u><b>7.295.661</b></u>	<u><b>6.426.368</b></u>	<u><b>7.589.564</b></u>	<u><b>6.670.011</b></u>	Capital social	21	2.393.893	1.255.209	2.393.893	1.255.209
						Reserva legal	21	51.309	33.618	51.309	33.618
						Reservas de subvenção	21	715.790	495.685	715.790	495.685
						Reservas de lucros	21	99.214	-	99.214	-
						Prejuízos acumulados		(1.535.386)	(1.535.386)	(1.535.386)	(1.535.386)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>1.724.820</u>	<u>249.126</u>	<u>1.724.820</u>	<u>249.126</u>
						Participação de não controladores		-	-	846	647
						<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><b>7.295.661</b></u>	<u><b>6.426.368</b></u>	<u><b>7.589.564</b></u>	<u><b>6.670.011</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Renault do Brasil S.A. e controlada

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	26	11.238.343	9.268.285	11.519.309	9.571.096
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	<u>(9.134.260)</u>	<u>(7.777.992)</u>	<u>(9.293.080)</u>	<u>(7.962.580)</u>
Lucro bruto		<u>2.104.082</u>	<u>1.490.293</u>	<u>2.226.228</u>	<u>1.608.516</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	27	(1.140.222)	(1.086.671)	(1.158.627)	(1.105.389)
Gerais e administrativas	27	(812.138)	(702.475)	(870.801)	(774.847)
Resultado de equivalência patrimonial	14	32.382	21.390	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	28	<u>477.051</u>	<u>291.640</u>	<u>499.421</u>	<u>303.034</u>
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>661.155</u>	<u>14.177</u>	<u>696.221</u>	<u>31.314</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	326.818	181.057	330.231	197.393
Despesas financeiras	29	(734.122)	(668.337)	(754.594)	(683.706)
Variação cambial, líquida	29	<u>30.997</u>	<u>56.075</u>	<u>32.029</u>	<u>49.143</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>284.848</u>	<u>(417.028)</u>	<u>303.887</u>	<u>(405.856)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(1.838)	(23.741)	(13.672)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	<u>68.968</u>	<u>(18.758)</u>	<u>74.287</u>	<u>(17.673)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>353.816</u>	<u>(437.624)</u>	<u>353.816</u>	<u>(437.201)</u>
Lucro líquido (prejuízo) atribuível a:					
Acionistas controladores:		353.816	(437.624)	353.816	(437.624)
Acionistas não controladores:		-	-	616	422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renault do Brasil S.A. e controlada

### Demonstrações de resultados abrangentes

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	353.816	(437.624)	353.816	(437.201)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>353.816</u>	<u>(437.623)</u>	<u>353.200</u>	<u>(437.201)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renault do Brasil S.A. e controlada

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Janeiro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas explicativas	Atribuível ao acionista controlador					Total	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Reserva para subvenção de investimentos	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Reserva de Lucros			
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2016</b>		<b>1.255.209</b>	<b>495.685</b>	<b>33.618</b>	<b>(1.097.762)</b>	-	<b>686.750</b>	<b>1.155</b>	<b>687.905</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela controlada		-	-	-	-	-	-	(895)	(895)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(437.624)	-	(437.624)	422	(437.202)
Juros sobre capital próprio distribuídos em 2016 pela controlada		-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>1.255.209</b>	<b>495.685</b>	<b>33.618</b>	<b>(1.535.386)</b>	-	<b>249.126</b>	<b>647</b>	<b>249.773</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	353.816	-	353.816	616	354.432
Integralização de capital social	21	1.138.682	-	-	-	-	1.138.682	-	1.138.682
Constituição de reserva legal	21.c	-	-	17.691	(17.691)	-	-	-	-
Constituição de reserva de subvenção para investimento	21.b	-	220.105	-	(220.105)	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	21.a	-	-	-	(99.214)	99.214	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela controlada	21.a	-	-	-	(16.806)	-	(16.806)	(388)	(17.194)
Juros sobre capital próprio distribuídos em 2017 pela controlada		-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>2.393.891</b>	<b>715.790</b>	<b>51.309</b>	<b>(1.535.386)</b>	<b>99.214</b>	<b>1.724.820</b>	<b>846</b>	<b>1.725.666</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Renault do Brasil S.A. e controlada**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		353.816	(437.623)	354.433	(437.201)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15 e 16	402.385	329.881	408.931	334.707
Realização de ajuste a valor presente	20	8.296	10.505	8.296	10.505
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	714	3.053	42	4.075
Provisão para perdas nos estoques	11	6.732	(51.908)	7.363	(65.101)
Equivalência patrimonial	14	(32.382)	(21.390)	-	-
Provisão para contingências	23	(23.970)	34.552	(23.990)	35.445
Provisão para garantia		64.365	(13.858)	64.365	(13.858)
Provisões diversas		-	10.616	-	10.616
Resultado na alienação de ativo imobilizado	28	(33.552)	(142.169)	(33.277)	(141.967)
Impostos diferidos	22	(68.968)	18.758	(74.287)	17.673
Juros e variação cambial não realizada		(89.389)	667.728	(91.222)	678.791
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes	10	(193.952)	(194.150)	(128.829)	(109.937)
Estoques	11	(81.352)	(94.083)	(101.609)	(75.717)
Impostos a recuperar	12	(106.680)	(62.252)	(112.996)	(64.938)
Depósitos judiciais	23	(1.968)	1.203	(1.976)	1.197
Despesas antecipadas		(9.201)	(3.894)	(9.201)	(3.894)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		-	49.421	-	-
Outros ativos		4.002	121.588	19.898	122.819
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores e outros passivos		217.916	(792.619)	235.979	(981.355)
Provisões de meios comerciais e outros		(190.787)	18.639	(212.178)	18.639
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>					
		<b>226.026</b>	<b>(548.002)</b>	<b>309.743</b>	<b>(659.500)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(763.019)	(535.245)	(763.344)	(700.054)
Aumento na integralização de Capital Social	21	1.138.683	-	1.138.683	-
Aplicações financeiras	9	65.711	235.640	41.834	235.640
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado		153.837	271.873	153.837	271.873
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>					
		<b>595.211</b>	<b>(27.732)</b>	<b>571.009</b>	<b>(192.541)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Obtenção de empréstimos		3.673.501	3.002.511	3.676.439	3.166.556
Pagamentos de empréstimos		(4.112.343)	(2.785.323)	(4.116.360)	(2.785.323)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(335.617)	(394.240)	(335.617)	(394.240)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>					
		<b>(774.459)</b>	<b>(177.052)</b>	<b>(775.538)</b>	<b>(13.007)</b>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<b>46.780</b>	<b>(752.786)</b>	<b>105.213</b>	<b>(865.049)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
	8	1.674.917	2.427.702	1.712.162	2.577.210
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
	8	1.721.697	1.674.917	1.817.375	1.712.162
		<b>46.780</b>	<b>(752.785)</b>	<b>105.213</b>	<b>(865.049)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)*

### **1 Contexto operacional**

A Renault do Brasil S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Renault, 1300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault, com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. que tem por objeto social a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault.

#### **Integralização de capital em 2017**

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 1.143.027 mediante emissão de 384.893.009.594 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal adquiridas em sua totalidade pelo acionista Renault SAS.

#### **Endividamento**

A Administração da Companhia mantém o plano de investimento estabelecido para 2018, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos, ampliação fabril e modernização de capacitário, para lançamento de novos veículos, entre outros. Com isso, o consumo de caixa continua em um nível acima da geração de caixa operacional. Em 2017 a Companhia melhorou a estrutura do capital, conseqüentemente a estrutura de balanço, com o aporte de capital feito pela matriz. Os índices de alavancagem financeira, endividamento e liquidez estão em um nível melhor que do ano anterior, sendo que a dívida de curto prazo foi reduzida, com o alongamento do perfil da dívida e obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas. Em 2017 foi recebido um empréstimo *intercompany* que também ajudou na liquidação da dívida de curto prazo.

#### **Transações com partes relacionadas**

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Referidas transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Grupo Renault.

### **2 Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (denominadas “Grupo”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos bens do imobilizado** - Conforme descrito na nota explicativa 6.i, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório.
- **Avaliação de instrumentos financeiros** - Conforme descrito na nota explicativa 6.l, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Imposto de renda diferido** - Conforme descrito na nota explicativa 22.
- **Provisão para perdas nos estoques** - Conforme descrito na nota explicativa 11.
- **Provisão de garantias** - Conforme descrito na nota explicativa 6.n.
- **Provisão para contingências** - Conforme descrito na nota explicativa 23.

### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## **6 Principais políticas contábeis**

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pela controladora.

Na consolidação das demonstrações financeiras, foi eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas entre as empresas. A participação dos acionistas não controladores é apresentada destacadamente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os lucros não realizados, referentes às vendas de peças de reposição e acessórios da controladora para a sua controlada, não foram considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devido à irrelevância do valor envolvido.

#### **(i) Controlada**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### **(ii) Participação de acionistas não-controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### **(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o investimento em controlada é contabilizado com o uso desse método.

#### **(iv) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da

mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**c. Receita operacional**

**(i) Venda de bens**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

**(ii) Prestação de serviços**

As receitas por serviços prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

**d. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**e. Subvenção e assistência governamentais**

Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como ‘Outras Receitas’ quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas e Despesas operacionais (líquidas)’, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.



As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como ‘Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)’ em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

**f. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não conta a receber);
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de operacionais.

**g. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**h. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

**i. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**j. Arrendamentos**

**(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento**

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

**(ii) Ativos arrendados**

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

**(iii) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**k. Ativos intangíveis**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

*Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

*Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**l. Instrumentos financeiros**

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os

riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos,**

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

*Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

**n. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

***Garantias***

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, tomando como parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

***Provisão para contingências***

É constituída com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração da Companhia das prováveis perdas com os processos judiciais, deduzida do saldo de depósitos judiciais, quando existentes.

***Provisões comerciais***

Referem-se, principalmente, a provisões com comissões e bônus concedidos para a comercialização de veículos, de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revisadas anualmente.

**o. Capital social**

***Ações ordinárias***

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

### ***Ações preferenciais***

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

## **7 Novas normas e interpretações não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e está em processo de avaliação dos seus potenciais efeitos, se houver, em suas demonstrações financeiras.

### **CPC 48 Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

#### **(i) Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda.

#### **(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.



De acordo com o CPC 48 , as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável não deverão aumentar ou tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 .

**(iii) *Classificação - Passivos Financeiros***

CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

A Companhia não designa e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indica qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

**(iv) *Divulgações***

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia inclui uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

**(v) *Transição***

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhes permitem não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos

contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
  - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
  - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
  - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
  - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

### **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

#### **Venda de produtos**

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando os veículos são entregues, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

Com base nisso, a Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis pela adoção do CPC 47.

#### **Transição**

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

### **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não espera que a aplicação do IFRS 16 resulte em impactos significativos.

#### *Outras alterações*

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e bancos	8.954	72.661	8.793	75.320
Aplicação financeira	1.712.743	1.602.256	1.808.582	1.636.841
	<u>1.721.697</u>	<u>1.674.917</u>	<u>1.817.375</u>	<u>1.712.162</u>

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por aplicações em fundo de investimento (CDB, Compromissadas e Debêntures) com liquidez diária e por Letras de Câmbio, todos referenciados em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) com rentabilidade entre 98 % e 102%.

## 9 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 2017 todas as aplicações financeiras passaram a ser de liquidez imediata. O saldo mantido com o Banco RCI em 2016 foi totalmente liquidado na data de seu vencimento, o qual se deu em 19 de janeiro de 2017.

	Taxa de juros ao ano	2017	2016
<b>Circulante</b>			
Aplicações financeira junto ao Banco RCI	109,27% do CDI	-	65.712
Total circulante		-	65.712

## 10 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes nacionais	251.230	217.224	270.774	241.051
Clientes estrangeiros	641.712	482.594	655.914	499.092
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	892.942 (6.996)	699.817 (6.282)	926.688 (9.876)	740.143 (9.833)
Contas a receber, líquido	885.946	693.535	916.814	730.308

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(6.282)	(3.229)	(9.833)	(5.758)
Adições	(4.548)	(4.802)	(5.442)	(6.551)
Baixas	3.834	1.749	5.399	2.476
Saldo no final do exercício	(6.996)	(6.282)	(9.876)	(9.833)

O período médio de recebimento na venda de produtos foi de 14 dias em 2017 (14 dias em 2016).

As contas a receber de partes relacionadas inclusas nos valores acima totalizam R\$ 678.811 em 2017 (R\$ 504.169 em 2016) e estão apresentadas na nota explicativa 19.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Créditos a vencer	664.419	590.878	678.998	610.156
Créditos em atraso até 30 dias	5.301	34.648	118.537	39.773
Créditos em atraso de 31 a 90 dias	115.487	18.327	66.272	21.584
Créditos em atraso de 91 a 120 dias	63.621	7.399	10.869	7.773
Créditos em atraso acima de 120 dias	44.114	48.564	52.012	60.856
	892.942	699.817	926.689	740.143

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como base os créditos vencidos há mais de 180 dias, em conjunto com a análise histórica de perda por cliente, e excluídos desses créditos os valores a receber de partes relacionadas.

## 11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Veículos	262.234	348.045	262.234	348.045
Motores	25.696	27.886	25.696	27.886
Componentes para fabricação	520.090	363.062	520.090	363.062
Peças de reposição	15.803	13.230	106.017	83.188
Material de consumo e reposição	86.346	76.593	86.346	76.593
(-) Provisão para perdas nos estoques	(56.862)	(50.130)	(65.067)	(57.704)
	853.307	778.686	935.318	841.071

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(50.130)	(102.039)	(57.704)	(122.805)
Adições	(78.807)	(173.707)	(81.709)	(183.512)
Baixas	72.075	225.615	74.346	248.613
Saldo no final do exercício	(56.862)	(50.130)	(65.067)	(57.704)

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração. Caso a potencial perda não seja a mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

## 12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social antecipados e IRRF	43.981	65.595	65.080	78.709
ICMS a recuperar	215.501	137.287	223.778	151.723
IPI a recuperar	31.232	11.373	31.232	11.373
PIS/COFINS a compensar	14.899	15.229	19.949	15.760
Outros impostos	4.675	4.674	4.675	4.674
	310.288	234.159	344.714	262.239
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recuperar	189.448	157.526	189.889	157.968
PIS/COFINS a compensar	157	1.527	157	1.558
Outros impostos	2.478	2.478	2.478	2.478
	192.083	161.532	192.524	162.004
	502.371	396.881	537.238	423.391

Os valores de impostos a recuperar estão sendo recuperados no curso normal dos negócios.

### 13 Outros ativos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	7.100	13.907	7.205	14.177
Adiantamentos a colaboradores	120.562	99.682	121.618	100.773
Dividendos a receber (nota explicativa 19)	91.550	68.305	-	-
Outros	5.819	2.388	13.742	2.546
	<u>225.031</u>	<u>184.282</u>	<u>142.565</u>	<u>117.496</u>

### 14 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Renault do Brasil Com. e Participações Ltda.	46.699	35.707	-	-
Outros investimentos	-	-	6	6
	<u>46.699</u>	<u>35.707</u>	<u>6</u>	<u>6</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía 98,22% de participação no capital social da Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("RBCP"), empresa que se dedica à comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos.

Em 2017 a controlada RBCP distribuiu juros sobre capital próprio e dividendos no montante de R\$ 21.778 (R\$ 50.317 em 2016) dos quais R\$ 388 (R\$ 895 em 2016) foram destinados aos acionistas não controladores, conforme determinado em reunião dos sócios quotistas realizada em 26 de abril de 2017. Durante o ano de 2017 a Renault SAS (matriz) efetuou um aporte ao capital social e dispensou a Companhia de efetuar o pagamento de dividendos. Por esse motivo, os dividendos mínimos obrigatórios foram constituídos no passivo longo prazo. Da mesma forma foi constituída provisão de JSCP sobre o resultado no valor de R\$ 1.634 para Renault do Brasil S/A e R\$ 30 para Renault SAS.

Abaixo segue informações sobre o investimento na RBCP:

	2017	2016
Total do ativo	432.151	347.655
Total do passivo	384.605	311.302
Receita líquida total	483.121	458.168
Patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro	47.545	36.354
Participação no capital social	<u>98,22%</u>	<u>98,22%</u>
Saldo do investimento	46.699	35.707
Lucro líquido do exercício da controlada	34.633	23.719
Receita de equivalência patrimonial reconhecida no exercício	32.382	21.390
Lucro dos acionistas não controladores	616	422

## 15 Imobilizado

	Controladora				Consolidado		
	2017				2016	2017	2016
	Taxas % anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido			
Edificações	3,33%	560.011	(221.749)	338.262	313.369	493.087	473.659
Instalações	4% a 50%	1.192.808	(677.183)	515.625	496.910	518.049	499.620
Máquinas e equipamentos	3,33% a 50%	2.095.221	(1.056.870)	1.038.351	699.009	1.038.537	699.317
Moldes e ferramentas	14% a 50%	1.957.102	(1.330.399)	626.703	633.105	626.703	633.105
Equipamentos de informática	25%	75.825	(54.698)	21.126	15.672	22.581	17.765
Veículos	25%	147.887	(26.872)	121.016	94.881	121.016	94.881
Móveis e utensílios	12% a 17%	29.983	(19.142)	10.841	11.630	11.123	11.984
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	11.192	(9.160)	2.032	512	3.417	2.005
Sistemas de comunicação	10%	3.780	(3.544)	236	365	295	444
Equipamentos e materiais publicitários	10%	34.813	(25.338)	9.475	11.259	9.475	11.259
Adiantamento a fornecedores	-	108.713	-	108.713	124.081	108.713	124.081
Outros	-	46	-	46	46	46	46
		<u>6.217.379</u>	<u>(3.424.955)</u>	<u>2.792.425</u>	<u>2.400.839</u>	<u>2.953.042</u>	<u>2.568.166</u>

(a) Amortizadas às taxas que refletem os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	2.400.838	2.157.131	2.568.166	2.164.426
Adições	902.516	694.282	902.470	859.273
Baixas	(120.559)	(129.704)	(120.559)	(129.907)
Depreciação	<u>(390.371)</u>	<u>(320.870)</u>	<u>(397.035)</u>	<u>(325.627)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.792.425</u>	<u>2.400.839</u>	<u>2.953.042</u>	<u>2.568.166</u>

## 16 Intangível

	Controladora				Consolidado		
	2017				2016	2017	2016
	Taxas % anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido			
Softwares	33%	80.779	(76.584)	4.195	4.227	4.442	4.628
Propriedade intelectual	20% a 50%	45.866	(26.037)	19.830	28.750	19.830	28.750
		<u>126.646</u>	<u>(102.621)</u>	<u>24.025</u>	<u>32.976</u>	<u>24.272</u>	<u>33.378</u>

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	32.976	30.312	33.378	30.606
Adições	2.787	11.674	2.789	11.852
Amortização	(11.739)	(9.010)	(11.895)	(9.080)
Saldo no final do exercício	24.025	32.976	24.272	33.378

## 17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Nacional				
Terceiros	878.256	581.975	957.084	617.835
Partes relacionadas (nota 19)	30.506	55.846	27.443	54.683
Exterior				
Terceiros	11.896	25.420	11.991	29.018
Partes relacionadas (nota 19)	627.032	577.245	627.083	578.093
	1.547.690	1.240.486	1.623.601	1.279.628



## 18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

As modalidades dos empréstimos e suas principais condições são:

	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Controladora			
				2017		2016	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Intercompany	7,93% a 8,09%	Pré-Fixado	21/05/2019	-	731.868	-	-
ACC	2,82% a 3,30%	Dólar norte-americano	30/11/2018	894.051	-	332.697	-
NCE	5,50% a 11,0%	Pré-fixado	05/03/2019	116.588	33.335	74.752	146.667
FINIMP	2,41% a 2,76%	Dólar norte-americano	28/08/2018	315.707	-	1.628.180	-
CAPITAL DE GIRO (4131)	2,70% a 3,25%	Dólar norte-americano	24/04/2017	-	-	697.982	-
BNDES Exim	4,38% a 10,10%	TJLP e/ou pré-fixado	15/05/2019	232.219	51.841	6.223	230.289
BNDES Finem BRL	2,5% a 9,42%	TJLP e/ou pré-fixado	15/02/2024	23.789	163.814	24.357	36.147
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 7%	TJLP e/ou pré-fixado	15/09/2020	64.083	75.654	183.454	61.377
BNDES Finem USD	6,8%	Dólar norte-americano	15/07/2019	9.415	4.815	10.834	12.231
				<u>1.655.852</u>	<u>1.061.327</u>	<u>2.958.479</u>	<u>486.711</u>

				<b>Consolidado</b>			
				<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>Taxa anual de juros</b>	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Intercompany	7,93% a 8,09%	Pré-Fixado	21/05/2019	-	731.868	-	-
Leasing financeiro	10,05%	Pré-Fixado	01/04/2046	1.143	173.191	1.026	174.387
ACC	2,82% a 3,30%	Dólar norte-americano	30/11/2018	894.051	-	332.697	-
NCE	5,50% a 11,0%	Pré-fixado	05/03/2019	116.588	33.335	74.752	146.667
FINIMP	2,41% a 2,76%	Dólar norte-americano	28/08/2018	315.707	-	1.628.180	-
CAPITAL DE GIRO (4131)	2,70% a 3,25%	Dólar norte-americano	24/04/2017	-	-	697.982	-
BNDES Exim	4,38% a 10,10%	TJLP e/ou pré-fixado	15/05/2019	232.219	51.841	6.223	230.289
BNDES Finem BRL	2,5% a 9,42%	TJLP e/ou pré-fixado	15/02/2024	23.789	163.814	24.357	36.147
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 7%	TJLP e/ou pré-fixado	15/09/2020	64.083	75.654	183.454	61.377
BNDES Finem USD	6,8%	Dólar norte-americano	15/07/2019	9.415	4.815	10.834	12.231
				<b>1.656.995</b>	<b>1.234.518</b>	<b>2.959.505</b>	<b>661.098</b>

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas restritivas com relação aos volumes e prazos para exportação. Em caso de descumprimento dessas cláusulas, o BNDES poderá exercer o direito de solicitar o pagamento antecipado dos empréstimos. A Companhia acompanha mensalmente o atendimento às cláusulas restritivas e em 31 de dezembro de 2017 estava adimplente com as referidas condições contratuais. Esses contratos estão garantidos por cartas de fiança emitidas por bancos classificados como de primeira linha.

As operações de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira listadas acima estão protegidas de variação cambial por instrumentos financeiros conforme nota explicativa 30. O cronograma para pagamentos dos empréstimos de longo prazo é conforme abaixo:

<b>Ano</b>	<b>2017</b>	
	<b>Controlada</b>	<b>Consolidado</b>
2019	902.858	902.858
2020	56.432	56.432
2021	24.009	24.009
2022	24.009	24.009
2023	24.009	24.009
2024	30.011	30.011
2046	-	173.190
	1.061.327	1.234.518

#### **Emissão de debêntures**

Em 11 de março de 2016 a Renault do Brasil efetuou a 1ª emissão de Debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única no montante total de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), emitidas em 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais) para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais e consecutivas a partir do 3º (terceiro) mês contado da data de emissão, portanto nos meses de Junho, Setembro e Março. O último vencimento será em 18 de março de 2020 e remuneradas pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia base, 252 dias úteis - 113,5%. O registro das debêntures na CVM ocorreu em 7 de março de 2016.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

	<b>Taxa anual de juros</b>	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Controladora</b>			
				<b>2017</b>		<b>2016</b>	
				<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
DEBÊNTURES	7,95%	Pré-Fixado	18/03/2020	100.541	125.000	101.764	225.000

O cronograma para pagamentos das debêntures de longo prazo é conforme abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>
2019	100.000
2020	<u>25.000</u>
	<u><u>125.000</u></u>

## 19 Partes relacionadas

	Controladora					Consolidado					
	2017					2017					
	Renault SAS	RBCP	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2016	Renault SAS	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2016
<b>Ativo</b>											
Aplicações financeiras (a)	-	-	-	378.464	378.464	486.502	-	-	378.464	378.464	486.502
Clientes	323.065	30.277	316.785	8.684	678.811	504.169	331.807	319.269	11.666	662.742	501.536
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	91.550	-	-	91.550	68.305	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>323.065</b>	<b>121.827</b>	<b>316.785</b>	<b>387.148</b>	<b>1.148.825</b>	<b>1.058.976</b>	<b>331.807</b>	<b>319.269</b>	<b>390.130</b>	<b>1.041.206</b>	<b>988.038</b>
<b>Passivo</b>											
Royalties a pagar	71.522	-	-	-	71.522	56.864	71.522	-	-	71.522	56.864
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	-	-	-	2.589	1.360	-	-	1.360	3.527
Outros	-	139	-	-	139	155	-	-	-	-	-
<b>Sub total</b>	<b>71.522</b>	<b>139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.661</b>	<b>59.608</b>	<b>72.882</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.882</b>	<b>60.391</b>
Fornecedores	577.713	3.063	43.340	657.128	1.281.244	576.072	577.713	43.391	657.671	1.278.775	575.757
<b>Total do passivo</b>	<b>649.235</b>	<b>3.202</b>	<b>43.340</b>	<b>657.128</b>	<b>1.352.905</b>	<b>635.680</b>	<b>650.595</b>	<b>43.391</b>	<b>657.671</b>	<b>1.351.657</b>	<b>636.148</b>
<b>Transações</b>											
Compras	2.458.193	-	138.586	43.435.519	46.332.299	2.598.674	2.458.193	138.586	43.735.519	46.332.299	2.598.669
Royalties	310.085	-	-	-	310.085	253.578	310.085	-	-	310.085	253.578
Despesas Financeiras	7.848	-	-	-	7.848	-	7.848	-	-	7.848	-
<b>Total de despesas</b>	<b>2.776.126</b>	<b>-</b>	<b>138.586</b>	<b>43.735.519</b>	<b>46.650.232</b>	<b>2.852.252</b>	<b>2.776.126</b>	<b>138.586</b>	<b>43.735.519</b>	<b>46.650.232</b>	<b>2.852.247</b>
<b>Vendas e outras receitas</b>	<b>1.407.517</b>	<b>202.155</b>	<b>16.473.938</b>	<b>56.857.475</b>	<b>74.941.085</b>	<b>4.032.628</b>	<b>1.412.012</b>	<b>16.516.787</b>	<b>55.451.347</b>	<b>73.380.146</b>	<b>5.147.836</b>
Receitas financeiras	-	-	-	38.547	38.547	75.575	-	-	38.547	38.547	75.575
<b>Total de receitas</b>	<b>1.407.517</b>	<b>202.155</b>	<b>16.473.938</b>	<b>5.896.022</b>	<b>74.979.632</b>	<b>4.108.203</b>	<b>1.412.012</b>	<b>15.516.787</b>	<b>55.489.894</b>	<b>73.418.693</b>	<b>5.223.411</b>

(a) As aplicações financeiras e saldo em conta corrente com partes relacionadas estão assim representadas:

<b>Empresa</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Renault Finance	14.197	25.372
RCI Banque Brasil	364.267	461.129
	378.463	486.501

As principais empresas ligadas com as quais a Companhia mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Cormecânica (Chile), Nissan do Brasil e Nissan México.

### **Compras de peças de reposição**

As peças de reposição importadas pela Companhia junto às empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.

### **Remuneração do pessoal chave da Administração**

Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração foi de R\$ 4.591 (R\$ 5.699 em 31 de dezembro de 2016).

A remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as práticas de mercado.

## **20 Obrigações tributárias**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>				
IPi	11.599	24.154	11.599	24.151
ICMS (a)	84.692	20.979	97.004	30.637
Impostos sobre importação	23.464	14.598	23.445	14.647
PIS/COFINS	1.749	4.569	1.974	5.537
IRRF e CIDE sobre royalties	21.036	16.725	21.036	16.725
ISS	5.211	3.489	5.554	3.891
IRRF	7.929	30.251	31.915	32.382
	155.680	114.765	192.527	127.970
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recolher (a)	46.515	195.501	46.515	195.501
Parcelamento PERT (b)	127.594	-	127.594	-
Ajuste a valor presente	(10.415)	(18.711)	(10.415)	(18.711)
	163.694	176.791	163.694	176.790
	319.373	291.555	356.221	304.787

#### **a. ICMS a recolher**

A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de dilação do prazo para o pagamento do ICMS a recolher. Esse benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2006, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Esse imposto começou a ser pago em 2011 e possui vencimento final em junho de 2022.

Em 2017 foi pago R\$ 148.499 referente as parcelas do ano. Em 2016 foi pago o montante de R\$ 40.679, relativo as parcelas dos meses de dezembro/2001, setembro, outubro e novembro/2002 e dezembro/2005.

O valor do ajuste a valor presente foi calculado com base em taxas de mercado estimadas à época da transação. Em 2016, a realização do ajuste a valor presente gerou uma despesa financeira de R\$ 8.296 (R\$ 10.505 em 2016), registrada diretamente ao resultado do exercício.

**b. Parcelamento PERT - Regime Automotivo**

Em 29 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. A Companhia vinha discutindo judicialmente esta obrigação fiscal, cujo processo, a partir da referida data foi extinto em decorrência da adesão ao PERT, fazendo com que os valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. O valor total do passivo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 139.193, e está registrado R\$ 11.599 no passivo circulante e R\$ 127.593 no passivo não circulante. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração de resultado.

## 21 Capital social

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da sociedade, que passa de R\$ 1.255.210.580,47 para R\$ 2.398.236.842,47 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), mediante a emissão de 384.893.009.594 (trezentos e oitenta e quatro bilhões, oitocentos e noventa e três milhões, nove mil, quinhentos e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O valor bruto recebido foi de R\$ 1.143.026, e pela operação bancária ocorrida, dos quais foi descontado o valor de R\$ 4.343 referente a I.O.F., cujo lançamento também foi registrado no patrimônio líquido em conta redutora de capital.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.393.891 (R\$ 1.255.209 em 2016) e está representado por ações nominativas sem valor nominal assim distribuídas:

Acionistas	ON	PN	Total	%
Renault SAS	670.331.224.178	137.230.794.915	807.562.019.093	99,92%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (PR)	-	614.821.647	614.821.647	0,08%
	<u>670.331.224.178</u>	<u>1378.845.616.562</u>	<u>808.176.840.740</u>	<u>100%</u>

**a. Dividendos a distribuir**

Os dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

Em virtude do lucro apurado no exercício de 2017, haverá a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 16.806 em 2018. Foi constituída a reserva de lucros no valor de R\$ 99.214 e

a data de sua distribuição será estabelecida mediante deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

**b. Reserva para subvenção de investimentos**

Em setembro de 2011 a Companhia firmou um protocolo de intenções com o Governo do Estado do Paraná o qual foi renegociado em 2015. Este protocolo estabelece condições gerais e obrigações mútuas para o desenvolvimento de novos projetos na unidade industrial da Companhia instalada no Paraná.

O referido protocolo previa o cumprimento de contrapartidas que vem sendo renegociadas e readequadas em função das alterações das condições macroeconômicas decorrentes da crise econômica. O Protocolo de Intenções autoriza que as partes efetuem essas adequações em comum acordo. A Companhia e o Estado encontram-se em fase de conclusão do Termo Aditivo de readequação de prazos e contrapartidas, considerando as novas condições macroeconômicas brasileiras.

Foi constituída reserva para subvenção de investimentos no patrimônio líquido em 2017 no valor de R\$ 220.105 em função da apuração de lucro no exercício.

**c. Reserva legal**

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2017 foi constituída reserva legal de R\$ 17.691 em função da apuração de lucro no exercício.

**22 Imposto de renda e contribuição social**

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

**a. Despesa com imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	284.849	(417.028)	303.887	(405.856)
Regime tributário de transição conforme Lei 11.941/09	-	-	-	-
IRPJ e CSLL de anos anteriores	-	(1.838)	-	(1.838)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	284.849	(418.866)	303.887	(407.694)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
	(96.849)	142.414	(103.322)	138.615
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	11.010	7.273	-	-
Resultado equivalência patrimonial	68.449	35.541	71.440	36.164
Adições e exclusões permanentes, líquidas	(17.390)	185.228	(31.882)	174.779
Imposto de renda a contribuição social	-	276	-	-
Outros	86.358	(204.262)	86.357	(204.262)
Provisão para não realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	68.968	(18.758)	54.475	(29.507)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(1.838)	(23.741)	(13.672)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.968	(18.758)	74.287	(17.673)
	68.968	(20.596)	50.546	(31.345)



**b. Imposto de renda diferido**

Detalhamento da composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisões não dedutíveis	363.151	416.750	381.910	430.191
Tributos com exigibilidade suspensa	38.370	38.370	38.370	38.370
Prejuízo fiscal	1.216.442	1.189.816	1.216.442	1.189.816
Base negativa CSLL	448.661	439.076	448.661	439.076
Imposto de renda diferido ativo	2.066.624	2.084.014	2.085.383	2.097.454
Imposto de renda diferido ativo não registrado	(1.973.011)	(2.059.369)	(1.973.011)	(2.059.369)
Parcela do imposto de renda diferido ativo registrado	93.613	24.645	112.372	38.085

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$ 4.865.768 de prejuízos fiscais e R\$ 4.985.126 de base de cálculo negativa da contribuição social (R\$ 4.759.267 e R\$ 4.878.625 respectivamente, em 2016) para compensação com lucros tributáveis futuros. A Administração da Companhia, com base em estudos e projeções de resultados futuros decidiu por registrar contabilmente a parcela de impostos sobre a renda diferidos para qual há perspectiva de realização. A Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado será realizado substancialmente nos próximos cinco anos, conforme demonstrado abaixo:

Prazo de realização	Controladora
2018	-
2019	6.169
2020	33.568
2021	37.123
2022	16.753
	93.613

**23 Provisão para contingências**

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração da Companhia com base na avaliação efetuada por seus advogados, constituiu provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CPMF (a)	17.597	17.597	17.597	17.597
Regime Automotivo (b)	-	166.372	-	192.372
IPI (c)	200	200	200	200
PIS/COFINS (d)	193.684	193.684	193.684	193.684
Outros (e)	35.621	34.335	35.821	8.525
Total de riscos tributários	247.103	412.188	247.302	412.378
Trabalhistas (f)	78.028	106.557	79.808	108.377
Cíveis (g)	41.789	40.484	41.789	40.484
Depósitos judiciais PIS/COFINS e outros (d)	(212.637)	(212.832)	(212.633)	(212.829)
Depósitos judiciais trabalhistas (f)	4.963	3.191	4.972	3.191

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depósitos judiciais CPMF (a)	(33.146)	(33.146)	(33.146)	(33.146)
	<b>126.100</b>	<b>316.442</b>	<b>128.093</b>	<b>318.455</b>
Depósitos judiciais que não requerem provisão	(62.002)	(60.034)	(62.017)	(60.040)

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

- (a) CPMF - discussão a respeito da incidência ou não de CPMF sobre operações simbólicas de câmbio na conversão de empréstimos em moeda estrangeira em capital social. Em 2014, parte do valor provisionado foi aceito pela Receita Federal para inclusão no REFIS.
- (b) Regime Automotivo - Em 29 de Setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. A adesão ao PERT ocasionou a extinção da discussão judicial, fazendo com que os valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. O valor total do passivo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 139.193, e está registrado R\$ 11.599 no passivo circulante e R\$ 127.593 no passivo não circulante. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração de resultado.
- (c) IPI - discussão requerendo exclusão do IPI na composição da base de cálculo do ICMS, na venda de veículos para ex-concessionária de Bauru/SP em razão de responsabilidade solidária.
- (d) PIS/COFINS - discussão sobre a exigibilidade da tributação do PIS e da COFINS sobre a parcela do ICMS contida na receita de vendas.
- (e) Outros - discussão a respeito de teses jurídicas sobre incidência ou não de tributos em operações realizadas pela Companhia.
- (f) Trabalhistas - discussões sobre procedência ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por responsabilidade subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.
- (g) Cíveis - discussão sobre cabimento ou não de indenização em rescisões de contratos com concessionárias e fornecedores. Para consumidores as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.

As demais discussões administrativas e judiciais de que participam a Companhia e sua controlada, foram avaliadas pelo departamento jurídico interno e consultores externos, que as classificaram como possibilidade de perda possível ou remota, razão pela qual não foi constituída provisão para riscos das mesmas. As contingências de natureza cível, trabalhista e consumidor avaliadas com probabilidade de perda como possível totalizaram R\$ 102.731 (R\$ 48.691 em 2016). As contingências tributárias com probabilidade de perda possível totalizaram R\$ 615.000 (R\$ 703.000 em 2016). O principal processo que compõem este último saldo corresponde a R\$ 354.000 relativo a discussão da ilegalidade da Instrução Normativa no. 243/02 quanto à aplicação do método PRL 20% e 60% de Preço de Transferência.

A movimentação da provisão para riscos durante o exercício, líquido dos respectivos depósitos judiciais, pode ser resumida conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	316.442	241.835	318.455	242.957
Adições	23.082	117.712	33.335	119.807
Baixas	(213.424)	(43.105)	(213.697)	(44.304)
Saldo final	126.100	316.442	128.093	318.455

## 24 Plano de previdência privada

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada (Fundo), entidade constituída sob a forma de Companhia Civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras.

O Fundo tem como objeto a administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, conforme estabelecido no Regulamento do plano de benefícios, na forma da legislação vigente e trata-se de um plano de benefícios com contribuição definida.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos do Fundo provêm, portanto, de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como, dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

As contribuições ao plano pela Companhia e sua controlada em 2017 representaram cerca de 1,58% da folha de pagamento (1,93% em 2016), totalizando R\$ 2.723 e R\$ 40, respectivamente (R\$ 2.624 e R\$ 52, respectivamente, em 2016).

## 25 Participação nos resultados

O Plano de participação nos resultados adotado pela Companhia estabelece a seguinte forma de distribuição:

- **Bônus Performance:** é aplicado para supervisores, gerentes e diretores e é calculado de acordo com o alcance de objetivos coletivos e individuais.
- **Participação nos resultados (PPR):** é aplicado aos demais colaboradores e é definido anualmente através de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e é baseado em indicadores de qualidade, volumes e *market share*.

Os valores provisionados para pagamento de bônus performance e PPR em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bônus Performance	15.611	9.792	15.909	9.983
PPR	155.575	154.886	156.961	156.439
	171.186	164.678	172.870	166.422

Os gastos com participação nos resultados foram contabilizados como despesas e custos com pessoal e estão provisionados na rubrica de Obrigações sociais e previdenciárias.

## 26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	9.908.240	8.751.211	10.296.772	9.146.964
Mercado externo	3.708.301	2.703.695	3.781.300	2.778.124
Prestação de serviços	282.979	273.235	282.979	274.334
	13.899.520	11.728.142	14.361.051	12.199.421
Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções	(2.661.177)	(2.459.856)	(2.841.742)	(2.625.942)
Receita líquida de vendas	11.238.343	9.268.285	11.519.309	9.571.096

## 27 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(6.945.468)	(5.961.874)	(7.074.279)	(6.315.720)
Despesas de depreciação e amortização	(390.371)	(320.870)	(397.192)	(325.696)
Despesas com empregados	(939.010)	(822.839)	(948.620)	(834.229)
Despesas com aluguéis e estrutura	(68.863)	(73.908)	(68.821)	(84.308)
Despesas com manutenção e prestação de serviço	(243.117)	(247.655)	(247.215)	(256.427)
Despesas com transporte	(565.526)	(445.789)	(595.530)	(475.539)
Despesas comerciais	(970.531)	(976.812)	(989.590)	(995.648)
Impostos, taxas e encargos	(219.105)	(192.155)	(222.055)	(192.346)
Despesas com viagens	(35.262)	(27.517)	(36.020)	(28.577)
Seguros e garantias	(184.214)	(115.092)	(184.214)	(115.092)
Outros custos e despesas	(159.730)	(58.838)	(193.514)	(220.964)
Custo de transformação de veículos	(13.460)	(35.897)	(13.460)	(35.897)
Despesas com royalties	(341.038)	(277.555)	(341.038)	(277.555)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com honorários profissionais	(10.926)	(10.336)	(10.931)	(10.514)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas (Nota 28)	477.051	291.640	499.421	303.034
	<u>(10.609.569)</u>	<u>(9.275.498)</u>	<u>(10.823.087)</u>	<u>(9.539.782)</u>
Custo dos produtos vendidos	(9.134.260)	(7.777.992)	(9.293.080)	(7.962.580)
Receitas (despesas) operacionais	(1.475.309)	(1.497.506)	(1.530.007)	(1.577.202)

## 28 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Subvenção para investimentos Inovar Auto	220.105	181.124	234.365	189.033
Plano de reestruturação de Rede	-	(14.231)	-	(14.231)
Plano de incentivo financeiro - PIF	295	(38.260)	295	(38.260)
Resultado na venda de ativo imobilizado	33.552	53.838	33.552	53.968
Outras	(13.635)	(5.594)	(5.525)	(2.239)
Total receitas operacionais	<u>477.051</u>	<u>291.640</u>	<u>499.421</u>	<u>303.034</u>

## 29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	101.916	163.921	105.327	180.193
Resultado em operações de derivativos	177.993	-	-	-
Outras receitas	46.909	17.136	224.904	17.199
Total receitas financeiras	<u>326.818</u>	<u>181.057</u>	<u>330.231</u>	<u>197.393</u>
<b>Despesas financeira</b>				
Realização do ajuste a valor presente	(8.296)	(10.505)	(8.296)	(10.505)
Juros sobre empréstimos	(143.627)	(155.002)	(143.627)	(155.002)
Resultado em operações de derivativos	(480.641)	(453.692)	(480.641)	(453.692)
Comissões fianças bancárias	(4.111)	(5.904)	(4.111)	(5.904)
Despesas com multas	(752)	(572)	(925)	(955)
Despesas com juros de mora	(10.798)	(13.445)	(10.883)	(24.906)
Outras despesas financeiras	(85.896)	(29.216)	(106.110)	(32.742)
Total despesas financeiras	<u>(734.122)</u>	<u>(668.337)</u>	<u>(754.594)</u>	<u>(683.706)</u>
Variação cambial líquida	<u>30.997</u>	<u>56.075</u>	<u>32.028</u>	<u>49.143</u>
Total resultado financeiro	<u>(376.307)</u>	<u>(431.205)</u>	<u>(392.334)</u>	<u>(437.170)</u>

### 30 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todavia, as estimativas efetuadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	1.721.697	1.674.917	1.817.375	1.712.162
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	885.946	693.535	916.813	730.308
Aplicações financeiras de longo prazo	Mantido até o vencimento	-	65.712	-	65.712
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.717.179	3.289.701	2.891.513	3.465.114
Debêntures	Custo amortizado	225.541	326.764	225.541	326.764
Fornecedores	Custo amortizado	1.547.690	1.240.486	1.623.601	1.279.628
ICMS a recolher (nota 20)	Custo amortizado	163.694	176.790	163.694	176.790
Swap	Valor justo	78.176	155.492	78.176	155.492

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade da Companhia manter os ativos classificados como “mantidos até a data de vencimento” até a data de seu efetivo vencimento. Em 2017 não tivemos esses ativos financeiros e em 2016 o valor foi de R\$ 65.712. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa 9. Os principais riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas na condução das suas atividades são:

- (a) **Risco de crédito:** As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com empresas relacionadas, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

- (b) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia e sua controlada possuem obrigações e direitos indexados em moeda estrangeira, principalmente referentes às transações com partes relacionadas divulgadas na nota explicativa 19, e empréstimos divulgados na nota explicativa 18.
- (c) **Valor de mercado dos instrumentos derivativos:** A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e dólar futuro. Tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.
- (d) **Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados, principalmente ao CDI, TJLP e taxas pré-fixadas, por outro lado, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a derivativos de proteção contratados sob as mesmas taxas de juros, para cobrir tal exposição.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial. Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Não houve mudança na exposição da Companhia e sua controlada aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são conforme abaixo:

		<b>Controladora e Consolidado</b>								
		<b>Valor de referência</b>				<b>Valor justo a receber (a pagar)</b>				
<b>Indexador 2017</b>		<b>2017</b>		<b>2016</b>		<b>2017</b>		<b>2016</b>		
<b>Swap</b>	<b>Parte ativa</b>	<b>Parte passiva</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de curva</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de curva</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de curva</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de curva</b>
Ativo	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	2.046.935	1.271.613	2.528.391	2.555.914	(134.603)	54.083	68.076	(35.822)
Passivo	% do CDI	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	<u>(1.968.760)</u>	<u>(1.263.581)</u>	<u>(2.683.883)</u>	<u>(2.717.563)</u>	<u>78.176</u>	<u>(8.032)</u>	<u>(155.492)</u>	<u>161.649</u>
			<u>78.176</u>	<u>78.176</u>	<u>(155.492)</u>	<u>(161.649)</u>	<u>(56.427)</u>	<u>46.052</u>	<u>(87.415)</u>	<u>(125.826)</u>



### **Gestão de risco de taxa de câmbio**

A Companhia e sua controlada realizam transações em moeda estrangeira; conseqüentemente estão expostas às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes a Companhia e sua controlada no final do período de relatório são apresentados a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>Passivo</b>		<b>Ativo</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<i>(Em milhares de dólares ou euros)</i>				
Dólar norte-americano	470.096	417.555	500.783	411.261
Euros	125.259	95.776	128.490	87.304

### **Análise de sensibilidade de moeda estrangeira**

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e sua controlada ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>Impacto do Euro</b>	<b>Impacto do dólar norte-americano</b>	<b>Impacto do Euro</b>	<b>Impacto do dólar norte-americano</b>
Resultado	25.375	97.088	18.308	82.881

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

## Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Dívida bruta (a)	(4.654.105)	(5.033.741)	(4.904.349)	(4.854.795)
Empréstimos e financiamentos	(2.717.179)	(3.289.701)	(2.891.513)	(3.071.613)
Debêntures	(225.541)	(326.764)	(225.541)	(326.764)
Fornecedores	(1.547.690)	(1.240.486)	(1.623.601)	(1.279.628)
Impostos	(163.694)	(176.790)	(163.694)	(176.790)
Caixa e equivalentes de caixa (b)	1.721.697	1.674.917	1.817.375	1.712.162
Aplicações financeiras (b)	-	65.712	-	65.712
	(2.932.408)	(2.736.893)	(3.086.974)	(2.750.159)
Patrimônio líquido	1.724.820	249.126	1.724.820	249.773
Endividamento líquido	170,01%	1.098,60%	178,97%	1.101,06%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata.

(b) Aplicações financeiras de curto e longo prazo.

Conforme descrito na nota explicativa 1, em função de decisões estratégicas do Grupo no que se refere aos níveis de endividamento, bem como os planos de investimento da Companhia, espera-se que o consumo de caixa continue em um nível acima da geração de caixa operacional no exercício de 2017. A Administração também tem buscado o aperfeiçoamento de seus índices de alavancagem financeira e endividamento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do perfil da dívida, bem como por meio da obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e suas controladas, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

### Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);

- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base os dados observáveis de mercado.

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Ativos financeiros</b>					
Mantidos até a data de vencimento					
- Aplicações financeiras	(a)	-	65.712	-	65.712
Empréstimos e recebíveis					
- Caixa e equivalentes de caixa	(a)	1.721.697	1.674.917	1.817.375	1.712.162
- Contas a receber	(a)	885.946	693.535	916.814	730.308
<b>Passivos financeiros</b>					
Valor justo através do resultado					
- Instrumentos financeiros	2	80.616	155.792	80.616	155.492
Custo amortizado					
- Empréstimos e financiamentos	(a)	2.942.720	3.060.246	3.117.055	3.071.613
- Fornecedores	(a)	1.547.690	1.240.486	1.623.601	1.279.628
- ICMS a recolher (nota 20)	(a)	163.694	176.790	163.694	176.790
- Parcelamento PERT (Nota 20) (a)		127.594	-	127.594	-

- (a) Os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a recolher, parcelamentos fiscais, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis que se aproximam com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os níveis.

### 31 Transações que não envolvem caixa

A Companhia efetuou aquisições de imobilizado à prazo no montante de R\$ 142.284 em 2017 (R\$ 170.711 em 2016), que não envolve caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

### 32 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia são renovadas anualmente, conforme detalhado abaixo:

- (i) Riscos nomeados, com cobertura contra os riscos de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, fenômenos da natureza, derrames de “sprinklers”, tumultos e outros para os prédios, instalações, equipamentos, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas em estoque, objetos, tendo, conforme apólice, valor em risco de R\$ 4.901.177.830,36, com limite máximo indenizável de R\$ 3.000.000.000,00. Franquia de R\$ 16.695.500,00 em 2017.
- (ii) *All Risks* com cobertura integral ao estoque de produtos acabados, valor em risco de R\$ 1.897.465.000,00 com limite máximo indenizável de R\$ 66.034.500,00, em 2017. Franquia de R\$ 330.172,50.

### **33 Compromissos**

Em maio de 2013 a Companhia aderiu ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). Esse programa é uma medida adotada pelo Governo Federal com o objetivo de estimular o investimento na indústria automobilística nacional e prevê um desconto de até 30 pontos percentuais no IPI para automóveis produzidos e vendidos no País. Em 31 de dezembro de 2017 a companhia encontra-se em pleno cumprimento aos compromissos assumidos perante o Programa.